

BOLETIM INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXXV nº 1519 | 31/08/2020 a 13/09/2020

Tiragem desta edição 26.000 exemplares

TRIBUTAÇÃO

REFORMA, SIM. MAIS IMPOSTOS, NÃO!

Debate sobre novas regras da cobrança de tributos põe na mesa propostas que podem desatar nós históricos ou aumentar custos de produção no campo

sistemafaep.org.br



Aos leitores

É inegável que o Brasil precisa de uma série de reformas. Algumas, nos últimos anos, já ocorreram. Outras, ainda em discussão, precisam acontecer o quanto antes. Afinal, uma reforma, independentemente do âmbito, nada mais é do que a atualização de processos que já estão defasados, sobrecarregam a máquina pública e, pior, assolam a sociedade, muitas vezes, com altos impostos que não retornam em benefícios e serviços para o cidadão.

A bola da vez é a Reforma Tributária, praticamente uma unanimidade nacional. A discussão não gira ao redor da necessidade de mudanças, mas da forma como elas serão feitas. É preciso analisar os pontos, debater os detalhes para minimizar, ao máximo, as injustiças. Nenhum setor deve ficar de fora. Mas também não podemos permitir que benefícios sejam concedidos para uns e não para outros.

Para evitar isso, os produtores rurais precisam saber o que está sendo discutido em Brasília. Com esse objetivo, a matéria de capa deste Boletim Informativo traz os detalhes das três propostas em discussão no Congresso e, mais que isso, os impactos (alguns ruins) ao setor rural. Desta forma, com conhecimento de causa, o setor poderá debater o tema, de forma a evitar injustiças fiscais e privilégios para alguns.

Boa leitura!

Expediente

• FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Francisco Caldatto, Ivo Pierin Júnior e Nelson Natalino Paludo | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita | **Diretor Financeiro:** Paulo José Buso Júnior | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, Julio Cesar Meneguetti e Mario Aluizio Zafaneli

• SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Marcos Junior Brambilla - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Nelson Costa - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Paulo José Buso Júnior e Carlos Alberto Gabiatto | **Superintendência:** Débora Grimm

• BOLETIM INFORMATIVO

Coordenação de Comunicação Social e Edição: Carlos Guimarães Filho | **Redação e Revisão:** André Amorim, Antonio Carlos Senkovski, Bruna Fioroni e Felipe Anibal | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Fernando Santos e William Goldbach | **Contato:** imprensa@faep.com.br

Publicação semanal editada pela Coordenação de Comunicação Social (CCOM) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da Edição 1519:

Fernando Santos, Divulgação, Arquivo FAEP e Shutterstock.

ÍNDICE

IMPOSTOS

Congresso Nacional estuda propostas para Reforma Tributária, que podem ter impactos no agronegócio

PÁG. 4

CATÁLOGO

SENAR-PR reformula página de cursos. Novo formato traz facilidades para identificar a formação mais adequada

Pág. 10

PIRATARIA

Sementes sem procedência trazem impactos na produtividade e colocam em risco a fitossanidade das lavouras

Pág. 12

ONDE SE PRODUZ?

Acompanhe a coluna que retrata as principais atividades agropecuárias do Estado. Nesta edição a laranja

Pág. 20

COBRANÇA

Após intervenção da FAEP, cartórios reduzem valor de custas de registro de penhor em cédula de crédito rural

Pág. 23

RAIOS

Confira como se proteger de acidentes com descargas atmosféricas

Pág. 26

Reforma tributária sem penalizar o campo



Uma reforma tributária não pode ser linear, sob pena de punir setores e grupos sociais e inviabilizar o desenvolvimento do país, que já está atrasado. As três propostas que tramitam no Congresso Nacional devem passar por um profundo exame crítico a fim de evitar que as injustiças fiscais persistam, outras sejam perpetradas e que privilégios sejam mantidos, ampliados ou criados.

Essas preocupações permeiam toda a sociedade brasileira. Mas eu desejo focar naquele extrato que conheço melhor: a agropecuária.

Pelo que já se viu, as propostas, em geral, penalizam o setor rural, impondo regras e impostos incompatíveis com a natureza das atividades do campo, tais como a tentativa – que não é de hoje – de transformar o produtor rural em pessoa jurídica. Por lei, o produtor é pessoa física, equiparado a empresa, certamente uma vantagem dada a especificidades da atividade, como a sazonalidade da sua receita e, sobretudo, o tamanho reduzido de milhões de propriedades, com baixa renda.

Pelas várias fragilidades do setor – sujeito aos azares da natureza, de uma terrível competitividade e estar a reboque de outros setores – a agropecuária tem sido poupada de uma maior pressão fis-

cal. Os legisladores e governantes têm compreendido este contexto.

Agora, contudo, há previsão de tributação exagerada que, certamente, vai influir na nossa competitividade, justamente quando a agropecuária brasileira, além de alimentar todo o país, exporta excedentes que vem garantido superávits na nossa balança comercial. Criar obstáculos fiscais, além dos graves que já existem pela precariedade da nossa infraestrutura, é um terrível contrassenso.

Tributar insumos, máquinas e equipamentos destinados aos agricultores coloca em risco a produtividade e a produção de alimentos em nosso país.

Significa, em última análise, tributar a comida, mesmo que indiretamente e comprometer a nossa vantagem mundial no comércio de produtos da agropecuária.

Cálculos iniciais mostram que os produtores rurais estão sujeitos a ter um aumento tributário da ordem de 17%. Quer dizer, o lucro dos produtores, irá para os cofres públicos para compensar reduções tributárias como as previstas para o setor financeiro, que não precisa de nada disso.

Pelo que já pude perceber, os defeitos das propostas em trâmite no Congresso Nacional serão corrigidos por

nossos parlamentares, para evitar que o nosso setor seja penalizado.

Mas além da reforma tributária, espero que o governo federal se apresse e apresente logo a reforma administrativa. A sociedade brasileira não pode continuar sustentando o peso de um setor público que só tem privilégios e se mostra pouco eficiente. A reforma tributária é um grande passo, mas isolada não resolve nossos graves problemas sociais e econômicos.



Ágide Meneguette,
presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR



Reforma Tributária: modernização ou ameaça à competitividade?

Conheça as principais propostas em tramitação no Congresso Nacional e os pontos que ameaçam aumentar os impostos ao agronegócio

Por Antonio C. Senkovski e Felipe Aníbal

Há duas décadas, a necessidade de uma Reforma Tributária vem ganhando destaque na agenda política. Entre o governo e o setor privado, tornou-se consenso que o sistema de arrecadação de impostos brasileiro é um emaranhado de tributos e de alíquotas já defasados e que, portanto, precisam passar por modificações substanciais para um modelo de tributação mais justo e proporcional. Neste ano, as discussões ganharam corpo e chegaram com força ao Congresso Nacional. A expectativa é de que o Brasil tenha um novo sistema tributário ainda em 2020. Mas qual o modelo ideal?

Hoje, três propostas de Reforma Tributária tramitam, sendo duas Propostas de Emenda à Constituição (PEC), apresentadas por parlamentares, e outra defendida pelo governo federal. Desde então, a FAEP tem acompanhado o debate, promovendo o estudo aprofundado de cada proposta e, principalmente, aferindo os impactos de cada uma no setor agropecuário.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), só em 2018, todas as cadeias do agronegócio recolheram R\$ 489 bilhões em tributos, 21,5% de tudo o que foi arrecadado no Brasil. Em contrapartida, o agronegócio ainda é pouco beneficiado no que diz respeito a subsídios tributários: o setor fica com 9,7% das isenções.

Para a FAEP, a reforma é necessária, mas não pode haver aumento da carga tributária sobre o agronegócio, que já suporta um volume excessivo de impostos. Isso afetaria a competitividade dos diversos produtos, dos grãos às carnes, do leite aos produtos florestais. O impacto negativo no setor rural, por sua vez, comprometeria o desenvolvimento econômico do país.

“Tributar alimentos é tributar a fome do povo. A carga tributária em cima do alimento não pode ser alta, pois não podemos exportar isso”, salienta Ágide Meneguette, presidente da FAEP. “O que queremos é uma reforma tributária justa, que



seja um instrumento para o desenvolvimento do país e que venha acompanhada por uma profunda reforma administrativa que reduza, de verdade, o insuportável custo da máquina pública”, completa.

Antes de ir às propostas, entenda o que é o Valor Agregado

É a diferença entre o preço de venda do bem e o preço pago pelos insumos. Hoje, de modo geral, a tributação incide em todas as etapas da cadeia produtiva. As reformas pretendem que a cobrança passe a ser feita apenas sobre a riqueza gerada em cada etapa da produção, o que é conhecido como Imposto sobre o Valor Agregado (IVA).



Entenda algumas siglas de impostos que recaem no bolso do produtor:

PIS – Programas de Integração Social: é um imposto federal recolhido na folha de pagamento, para garantir benefícios trabalhistas ao empregado.

Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social: também recolhido pelo governo federal em folha e relacionando a garantias trabalhistas do empregado.

IPi – Imposto Sobre Produtos Industrializados: tributo federal que incide sobre produtos da indústria ou importados.

ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços: recolhido pelos Estados, é um dos principais tributos do Brasil. Incide sobre a comercialização de diversos tipos de produtos e prestação de serviços.

ISS – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza: recolhido pelos municípios, atinge os serviços que não são tributados pelo ICMS.

IOF – Imposto Sobre Operações Financeiras: arrecadado pelo governo federal, é um tributo pago por pessoas físicas e jurídicas que fizerem operações de crédito, como empréstimos, câmbio, envio de dinheiro ao exterior e operações com títulos.

Cide – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico: tributo federal cobrado sobre a venda de combustíveis.

CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: imposto federal cobrado de empresas, como forma de ampliar o financiamento à seguridade social.

Salário Educação: imposto federal instituído para ajudar a financiar a educação pública.



CONFIRA O VÍDEO DA MATÉRIA

É fácil!

- Ligue a câmera do seu celular, aponte para o QR Code, acesse o link e assista. Caso não funcione, baixe um aplicativo leitor de QR Code.

- Ou assista ao vídeo da matéria no nosso site sistemafaep.org.br



PEC-45

Dentre as três propostas encaminhadas ao Congresso, a mais prejudicial ao setor agropecuário é a PEC-45, que tramita na Câmara dos Deputados. A proposta prevê a substituição de cinco impostos (IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS) por um novo tributo, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), com alíquota única de 25%. Além disso, a PEC-45 acaba com benefícios tributários, hoje concedidos, por exemplo, na aquisição de máquinas e implementos agrícolas, insumos e produtos agropecuários.

“É uma proposta que coloca no mesmo balaio todos os setores e não prevê manutenção de isenção de tributos”, aponta o técnico do Departamento Técnico Econômico (DTE) do Sistema FAEP/SENAR-PR Luiz Eliezer Ferreira. A proposta “vai na contramão” do que acontece em outros países que adotam a metodologia do chamado Imposto do Valor Agregado. “Isso é bastante nocivo ao agronegócio, que produz itens de primeira necessidade, especialmente na área de alimentação, energia, entre outros”, acrescenta Ferreira.

Um estudo da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) aponta que a aplicação da alíquota única de 25% e o fim dos benefícios tributários devem implicar em prejuízos diretos ao agronegócio, como aumento de custos de produção e queda na rentabilidade das culturas. No caso da produção de soja e milho, por exemplo, os custos de produção devem subir 17% em Cascavel, Oeste do Paraná. O peso também atingiria outras cadeias: o aumento estimado dos custos gira em torno de 11% na pecuária leiteira (com referência em praças mineiras), 7% na cana-de-açúcar (tendo como referência Ituverava, no Estado de São Paulo) e 5% na pecuária de corte, fase de cria (praça de Itamaraju, na Bahia).

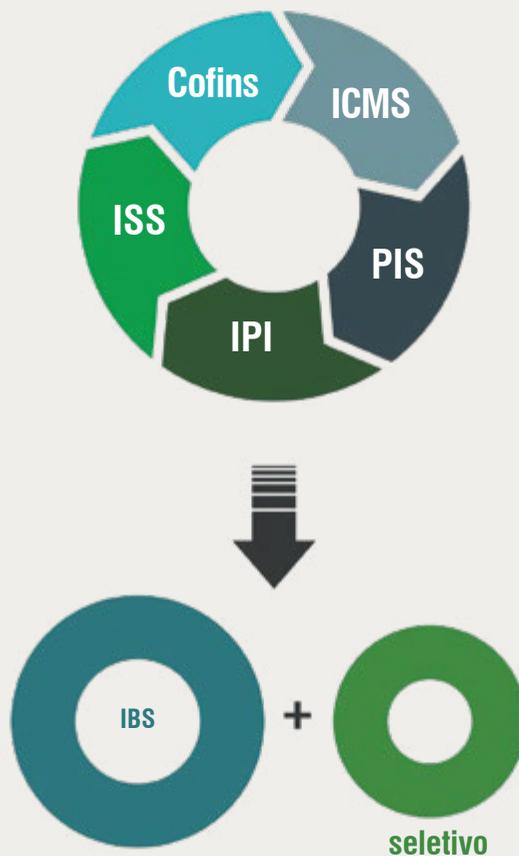
No caso da rentabilidade, os efeitos também podem ser bastante severos para os produtores que cultivam soja e milho. Tomando como base Cascavel, a CNA projeta que os agricultores amargariam queda de 120,9% na rentabilidade, passando a trabalhar com margem líquida negativa, ou seja, ficariam no vermelho. Um sojicultor que tenha, hoje, uma rentabilidade de R\$ 28,4 mil passaria a ter prejuízo de R\$ 5,9 mil. O encolhimento da renda dos produtores também atingiria significativamente outras cadeias, como avicultura e suinocultura.

“Com a adoção do IBS, sem a possibilidade de qualquer tipo de benefício tributário, a carga de impostos para o setor agropecuário se elevará consideravelmente, provocando o aumento dos custos de produção. Além disso, esse modelo vai exigir mais capital de custeio do produtor rural”, aponta coordenador econômico da CNA, Renato Conchon.

Além do IBS, a PEC-45 prevê um imposto seletivo que incidiria sobre determinados produtos, como forma de desestimular o consumo. Juntamente com cigarros, bebidas alcoólicas e armas, também seriam tributados os defensivos agropecuários, alimentos com alto teor de açúcar e de gordura. Ou seja, o novo imposto pesaria sobre um importante insumo agropecuário e afetaria produtos para os quais o setor agropecuário fornece matérias-primas.

PEC 45 de 2019

- Extinção de cinco tributos e criação de um único, chamado Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) + Instituição de imposto seletivo para desestimular o consumo de alguns produtos:

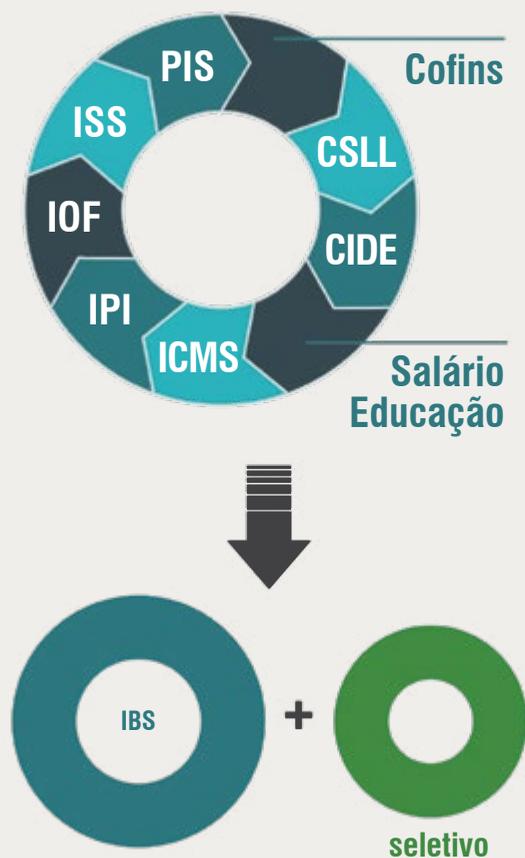


- Competência para arrecadação federal;
- Tributo apenas sobre o valor agregado em cada etapa produtiva;
- Cada ente federativo (União, Estados ou Municípios) fixaria uma parcela da alíquota do imposto único;
- Não permite a concessão de benefício fiscal;
- Cada ente federativo terá sua parcela na arrecadação;
- Não abrange sugestões para resolver a guerra tributária entre Estados.

Transição: 10 anos para o sistema de cobrança dos tributos e 50 anos para a transição da partilha de recursos entre os entes da federação.

PEC 110 de 2019

- Extinção de nove tributos e criação de um único, chamado Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) + Instituição de imposto seletivo para desestimular o consumo de produtos como cigarro, petróleo e seus derivados, entre outros:



- Competência para arrecadação estadual;
- Tributo apenas sobre o valor agregado em cada etapa produtiva;
- Autoriza a concessão de benefícios fiscais para alimentos, inclusive os destinados à produção animal;
- Permite a fixação de alíquotas diferenciadas em relação a determinados bens e serviços;
- Cada ente federativo terá sua parcela na arrecadação.

Transição: Cinco anos para o sistema de cobrança dos tributos e 15 anos para a partilha de recursos entre os entes da federação.

Fonte: DTE/Sistema FAEP/SENAR-PR

Além disso, a PEC-45 propõe o fim da desoneração dos itens que compõem a cesta básica, hoje, isentos de tributação. Com a incidência de impostos sobre esses produtos, a cesta básica deve ficar 22,7% mais cara, segundo projeção do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT). Isso deve afetar mais diretamente as famílias com renda de até R\$ 5,7 mil, que, proporcionalmente, têm mais despesas com alimentação. Diante deste cenário, a CNA projeta um reflexo direto na inflação, com alta de 1 ponto percentual em um ano.

“Aplicando o imposto sobre os alimentos da cesta básica, o varejo repassará esses aumentos de preço ao consumidor. Hoje, mais de 71% das famílias brasileiras recebem até R\$ 5,7 mil, as que mais gastam com alimentação”, diz Conchon.

A proposta institui, também, a obrigatoriedade de que produtores rurais passem a fazer contabilidade mensal, abrindo empresa formalmente na junta comercial – o que oneraria ainda mais atividade. Hoje, produtores rurais de ciclo curto (inferior a dois anos) não precisam formalizar este tipo de contabilidade.

PEC-110

A PEC-110 prevê a unificação de nove tributos, que passariam a ser substituídos por um imposto único, também chamado de IBS. Segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a alíquota pode passar de 28%, mas alguns produtos teriam tributação padronizada, caso de alimentos (inclusive os destinados à alimentação animal) e medicamentos, cuja alíquota prevista é de até 4%. Transporte urbano, saneamento básico e educação também teriam carga tributária reduzidas. Além disso, insumos agropecuários ficariam de fora, não sofrendo incidência do IBS.

De acordo com o modelo desenhado pela PEC-110, a competência de arrecadação dos tributos é estadual, por meio da criação de um comitê gestor. Apesar disso, a receita de alguns impostos, como o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) passaria aos municípios. O novo sistema de cobrança de tributos seria implantado em um prazo de cinco anos. A proposta prevê que a partilha do recurso entre os entes federativos seja efetivada em até 15 anos.

“Esse conjunto de propostas prevê a permissão também de alíquotas diferenciadas a depender do setor. Então, do ponto de vista do setor do agronegócio, a PEC-110 é um pouco mais palatável”, analisa Ferreira. Apesar disso, a proposta tem alguns pontos especiais que merecem ser melhor discutidos, como a distribuição dos recursos e o aproveitamento de crédito por parte do produtor. “Mas, de modo geral, ela é bem mais favorável ao setor agropecuário, até mesmo do ponto de vista da transição de regimes, que ocorreria num prazo menor”, compara o técnico do Sistema FAEP/SENAR-PR.

“O problema dessa proposta é que boa parte das medidas previstas precisa ser regulamentada por leis complementares, que podem distorcer o escopo inicial da PEC. Seria importante que o Congresso apresentasse a minuta dessas leis complementares, para que a sociedade pudesse discuti-las”, acrescenta Conchon, da CNA.

Proposta do governo

A proposta do governo federal foi fatiada em quatro eixos, que serão encaminhados para avaliação do Congresso de forma independente. Até agora, a primeira parte dessa proposta, formalizada por meio do Projeto de Lei 3887/2020, prevê a substituição de dois impostos (PIS e Cofins) pela Contribuição Sobre Bens e Serviços (CBS), com alíquota única de 12%.

O projeto mantém a isenção tributária aos produtos que compõem a cesta básica, à operação entre cooperativas e cooperados e à venda de produtos *in natura*. Além disso, a proposta do governo prevê a simplificação sistemática do cálculo tributário e o fim de regimes especiais.

“A proposta tem méritos ao consolidar PIS e Confins. Porém, não traz mudanças sobre temas polêmicos, como crédito rural, base de cálculo do ICMS e ISS e incidência da contribuição sobre locação”, analisa Conchon. “A CBS não incidirá sobre os produtores rurais pessoa física. Já os pessoa jurídica, incidirá a contribuição”, acrescenta.

“A alíquota única de 12% vai majorar os tributos que o produtor já paga. É um ponto de atenção também do aproveitamento dos créditos. Mas, não é uma emenda constitucional, está em tramitação no Congresso e deve receber diversas emendas. Em um primeiro momento pode parecer ruim ao setor, mas o caminhar vai dizer como se desenha”, prevê Ferreira.

Propostas devem ser unificadas

A FAEP, em conjunto com outras entidades representativas do setor produtivo rural, tem subsidiado constantemente o debate em torno da Reforma Tributária junto aos parlamentares em Brasília. Essa fase é fundamental para que a voz do campo seja ouvida pelas lideranças políticas responsáveis por colocar, na prática, as mudanças sugeridas. Um dos líderes nessa interlocução, o deputado federal e vice-presidente da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), Sérgio Souza (MDB-PR), acredita que o relator da Reforma Tributária, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), deva juntar as propostas em uma só antes de ser apreciada em plenário.

Para Souza, a principal preocupação da bancada ruralista é o aumento de tributo para quem produz riquezas no campo. “Não vamos permitir que haja oneração para o setor agropecuário. Queremos o que é justo para o nosso produtor rural”, crava. “O produtor rural já paga e paga caro! A gente não faz essa conta, mas quando o agricultor e o pecuarista compram uma máquina, consomem diesel, energia elétrica, sementes, insumos, dentro disso tem uma carga tributária que chega perto de 40%”, calcula o parlamentar.

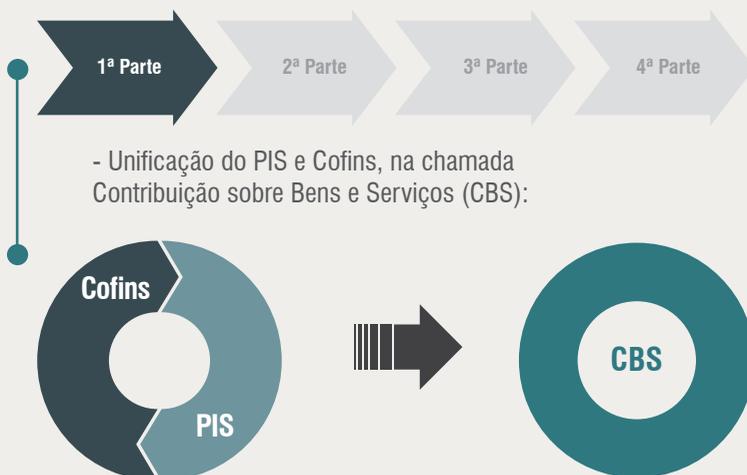
Souza concorda que a Reforma Tributária é necessária, e que o esforço agora deve ser para formar consensos dentro dos diversos setores da sociedade brasileira para modernizar essa estrutura e garantir redução nos custos de produção. “Nós precisamos fazer algumas reformas estruturantes para desatar nós históricos, como a da previdência e trabalhista, e, num futuro próximo, avançar com a administrativa. Mas, antes, precisamos fazer a Reforma Tributária, a mãe de todas as reformas”, prioriza Souza.

“Queremos o Brasil mais competitivo, um custo Brasil mais baixo. Produtor é campo. Da porteira para fora existe prejuízo de competitividade. Queremos melhorar o Brasil, deixar o país mais leve e mais eficiente”, destaca Ricardo Barros (Progressista), deputado federal e líder do governo na Câmara.

Proposta do governo

PL-3887 de 2020

Modelo tem quatro eixos independentes. Apenas o primeiro já foi encaminhado ao Congresso, e estabelece o seguinte:



- Unificação do PIS e Cofins, na chamada Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS):

- Tributo apenas sobre o valor agregado em cada etapa produtiva;

- Alíquota definida de 12%;

- Simplificação na sistemática do cálculo;

- Eliminação de regimes especiais;

- Manutenção de isenção de tributos sobre produtos da Cesta Básica, cooperativas e cooperados e produtos *in natura*.

Transição: previsto um prazo de seis meses.

CCIR 2020 já está disponível

Documento emitido pelo Incra é necessário para comprovar o cadastro do imóvel rural junto ao governo federal

Desde o dia 17 de agosto, os produtores rurais do Paraná já podem emitir a guia de pagamento do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR). O documento é fornecido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e serve para comprovar o cadastro do imóvel no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), plataforma do governo federal que reúne todas as informações cadastrais de imóveis rurais no território brasileiro.

O CCIR pode ser emitido via internet, no site do Incra. Nesse caso, o proprietário deve informar o código do imóvel rural ou o CPF/CNPJ do titular. Outra opção é realizar o cadastro junto às Unidades Municipais de Cadastramento (UMC) do Incra ou nas unidades estaduais da entidade.

Emissão online

Uma novidade neste ano é a possibilidade de emitir o CCIR por meio de um aplicativo para celulares ou *tablets*, intitulado SNCR, que pode ser baixado gratuitamente na *Play Store* ou na *Apple Store*. Após a emissão do CCIR, o proprietário deve pagar a taxa de serviços cadastrais por meio da Guia de Recolhimento da União (GRU), emitida junto com o certificado. Quitada esta taxa, é possível emitir outras vias do certificado

sem necessidade de novo pagamento. O prazo para o pagamento se encerra no dia 16 de setembro. Após esta data, passam a incidir sobre o valor da guia juros e correção monetária.

Vale lembrar que o CCIR deve ser emitido todos os anos. O certificado é indispensável para proprietários de imóveis rurais que pretendem desmembrar, arrendar, hipotecar, vender ou prometer em venda sua área, utilizar como garantia para tomada de crédito rural e/ou para homologação de partilha amigável ou judicial em espólios (sucessão por causa mortis). Sem a apresentação do CCIR, os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título de imóvel rural, não poderão, sob pena de nulidade, realizar as operações mencionadas acima.

Emita seu CCIR

Para emitir o CCIR, proprietários e possuidores a qualquer título de imóvel rural podem acessar o endereço eletrônico: <https://sncr.serpro.gov.br/ccir/emissao>

Em caso de dúvida na hora de emitir o certificado, o produtor rural pode procurar o sindicato rural do município ou entrar em contato com o Departamento Sindical da FAEP, nos telefones (41) 2169-7957 / 98876-8738.

SENAR-PR reformula página de cursos no site

Novo formato facilita o acesso às informações e inscrições das mais de 300 capacitações da entidade

O SENAR-PR promoveu uma otimização do seu catálogo de cursos no site da entidade (www.sistemafaep.org.br). Para facilitar o acesso dos produtores rurais, trabalhadores rurais e familiares, o SENAR-PR reformulou a apresentação das informações como conteúdo programático, público alvo, pré-requisitos e materiais necessários. Ainda, para ajudar o aluno a encontrar o curso mais indicado para a sua necessi-

dade, a entidade, agora, disponibiliza uma nova ferramenta de pesquisa de cursos, mais ágil, clara e fácil de utilizar.

A nova página, com mudanças na parte visual, foi construída de forma a facilitar a navegação dos usuários. Se antes o produtor e/ou trabalhador rural interessado precisava buscar as informações sobre o título de interesse em uma longa lista, agora basta pesquisar de acordo com a área de interesse

Cursos Meus Certificados Fale Conosco Entrar Cadastrar

EaD: Agrinho - novas linguagens, novos desafios: a internet no contexto escolar

CURSOS GRATUITOS COM CERTIFICADO

O que deseja aprender?

Área de interesse ▾ Digite o curso **ENCONTRAR CURSOS**

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA PRESENCIAL

Cursos SENAR-PR

Todos os anos, o SENAR-PR atende, gratuitamente, milhares de produtores e trabalhadores rurais do Paraná, contribuindo para sua profissionalização, integração na sociedade, melhoria da qualidade de vida e o pleno exercício da cidadania.

EaD
+ 32 cursos
+ 50 instrutores
VER TODOS >

Presenciais
+ 300 cursos
+ 400 instrutores
VER TODOS >

Nossos Centros de Treinamento Agropecuário - CTAs Cursos suspensos temporariamente

(agricultura, pecuária, agroindústria, entre outras) e também pelo nome específico da formação.

“Muitas vezes, o produtor não sabe bem qual formação do SENAR-PR oferece o conhecimento específico que ele precisa na sua atividade. A nova página vai ao encontro dessa necessidade, trazendo ferramentas de pesquisa para que a pessoa interessada encontre exatamente o que deseja em nossos mais de 300 títulos, entre formações presenciais e ensino à distância”, afirma a superintendente do SENAR-PR, Débora Grimm.

Por ora, os cursos presenciais estão suspensos por conta da pandemia do novo coronavírus. Porém, quando voltarem à normalidade, será possível, não apenas escolher o curso mais indicado, como aquele realizado mais próximo do aluno.

Ferramenta completa

Logo que abre a nova página de cursos do SENAR-PR, os produtores e trabalhadores rurais se deparam com a pergunta: “O que deseja aprender?”. Em seguida, abaixo, o usuário deve preencher os campos: área de interesse e nome do curso. Também é possível utilizar filtros para selecionar apenas os cursos presenciais ou as formações na modalidade Ensino a Distância (EaD). Ainda, em outro espaço, é possível verificar os cursos que acontecem nos centros de treinamento do SENAR-PR em Ibitiporã (região Norte) e em Assis Chateaubriand (região Oeste).

Outra novidade é o botão “Tenho interesse”, por meio do qual o produtor e/ou trabalhador rural sinaliza um determinado curso que pretende fazer e, futuramente, o SENAR-PR avisa quando for aberta turma naquela formação.

Quem navegar pela nova página também encontrará links para os programas especiais da entidade, como Agrinho, Mulher Atual, Jovem Agricultor Aprendiz (JAA), Aprendizagem de Adolescentes e Jovens (AAJ), Empreendedor Rural, entre outros. Também será possível consultar e imprimir o certificado de cursos já realizados.

“O objetivo é reunir todas as informações referentes a cursos, treinamentos e programas especiais de forma clara e fácil em um único lugar”, reforça a superintendente do SENAR-PR.

Caso o produtor e/ou trabalhador rural tenha alguma pergunta em relação aos cursos, ele pode utilizar, por meio de um link na página, o aplicativo WhatsApp para tirar dúvidas e obter informações.

Memória do Campo



Cursos em alta

Os cursos do SENAR-PR foram destaque da edição 933 do Boletim Informativo, publicada em outubro de 2006. Na ocasião, a entidade celebrava a marca histórica de 80 mil turmas formadas. Desde 1993, quando começou a oferecer capacitação profissional a produtores, trabalhadores e familiares do meio rural, o SENAR-PR tinha entregado mais de 800 mil certificados, em um catálogo de cursos que contava com 180 títulos.

Na matéria, o então gerente técnico do SENAR-PR, José Carlos Gabardo, ressaltou a importância de parcerias com empresas e o trabalho dos sindicatos rurais para que, cada vez mais, os cursos chegassem ao seu público-alvo, levando atualização e capacitação ao campo. “Os números comprovam a necessidade de qualificação no meio rural”, disse Gabardo, na época.

Hoje, o SENAR-PR é referência nacional na capacitação de produtores rurais. Não à toa, a entidade apresenta números bastante significativos: mais de 178 mil cursos concluídos, com mais de 3,5 milhões de certificados concedidos. Só no ano passado, foram 1.546 turmas, com mais de 15 alunos. Além disso, o catálogo de cursos já dispõe de mais de 300 títulos, e acaba de ganhar uma nova página dentro do site do Sistema FAEP/SENAR-PR.



CONFIRA O VÍDEO DA MATÉRIA

É fácil!

• Ligue a câmera do seu celular, aponte para o QR Code, acesse o link e assista. Caso não funcione, baixe um aplicativo leitor de QR Code.

• Ou assista ao vídeo da matéria no nosso site sistemafaep.org.br



Pirataria que dissemina doenças na lavoura

Produzidas clandestinamente, sementes sem procedência também têm impacto negativo na produtividade e podem implicar em prejuízos

Por Felipe Aníbal



Não é de hoje que a pirataria fincou sua bandeira negra no campo. Ano após ano, a comercialização de sementes sem procedência e produzidas de forma clandestina tem avançado no Brasil, a ponto de se tornar uma preocupação concreta. No caso da soja, por exemplo, a estimativa é de que 29% das sementes plantadas no país sejam piratas. O agravante é que, além de prejuízos econômicos, relacionados à perda de produtividade e a gastos maiores com agroquímicos, o uso desses insumos sem registro pode disseminar pragas e plantas daninhas na lavoura, inclusive trazendo doenças que estavam erradicadas na região.

Essa dinâmica está diretamente relacionada à diferença entre o processo de produção das sementes registradas e o dos produtos piratas. Concebidas ao longo de anos, até

mesmo décadas, de pesquisas, cada cultivar passa por um rígido processo de controle, que garante características, como purezas física e genética, qualidade fisiológica e rastreabilidade. Tudo isso é registrado e fiscalizado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), o que dá total segurança ao agricultor de que está comprando sementes confiáveis, dentro de padrões técnicos e livres de doença.

Além disso, os produtos registrados também obedecem a normas de comercialização. As sementes precisam ser vendidas, por exemplo, em sacaria inviolável ou em *big-bags* novos e lacrados, sempre contendo etiquetas ou carimbo com informações de cadastro, inclusive o número do Registro Nacional de Sementes (Renasem), formalizado junto ao Mapa – o que permite, por exemplo, a rastreabilidade do produto.

“Quem pensa que está economizando, está dando um tiro no pé. Na verdade, o produtor acaba plantando um problema que não tinha e que vai estourar lá na frente”

**Ademir Henning,
pesquisador da Embrapa**



CONFIRA A NOTA TÉCNICA

É fácil!

• Ligue a câmera do seu celular, aponte para o **QR Code** e acesse o link. Caso não funcione, baixe um aplicativo leitor de QR Code.

• Ou veja a nota técnica no nosso site sistemafaep.org.br



semente do produto em si, vão partículas que podem causar doenças ou sementes de plantas daninhas.

“O pirata produz a semente a partir de qualquer grão e vende, sem tecnologia, sem cuidado, sem seguir as normas que garantem a procedência. Como são mal beneficiadas, ficam sementes sujas, com grãos infeccionados e impurezas. O produtor pode estar levando doenças para dentro da sua propriedade”, aponta o pesquisador da Embrapa, Ademir Henning, doutor em tecnologia e patologia de sementes pela Universidade da Flórida.

Doenças

Uma das doenças que se alastram a partir de sementes piratas é o mofo-branco, causado pelo fungo *Sclerotinia sclerotiorum*. Segundo o pesquisador, até a década de 1990, a moléstia estava restrita à região entre Ponta Grossa e Castro, nos Campos Gerais. A doença se espalhou a partir do uso de cultivares sem procedência, atingindo outros Estados. Hoje, o mofo-branco é considerado um sério problema sanitário no Oeste da Bahia e na região Central do Brasil.

“O mofo-branco produz escleródios, que ficam no solo por anos. Ele infecta outras plantas e vai se espalhando. Quando o beneficiamento é ruim, o fungo que causa a doença vai em meio à semente”, aponta Henning.

O mesmo pode ocorrer em relação às plantas daninhas. Junto com as cultivares piratas, podem ir sementes de ervas que vão se disseminar como praga e atrapalhar o desenvolvimento da lavoura e, conseqüentemente, a colheita. “É o caso da buva e do amargoso, por exemplo, que se tornaram resistentes ao glifosato e que dão uma dor de cabeça ao agricultor”, acrescenta o pesquisador da Embrapa.

“A semente certificada é registrada no Mapa e produzida oficialmente. Tem uma série de pré-requisitos a cumprir: categorizadas de acordo com a qualidade genética, com as características física, fisiológica e sanitária. Há um controle muito grande em todo esse processo”, exemplifica Ana Paula Kowalski, técnica do Departamento Técnico Econômico (DTE) do Sistema FAEP/SENAR-PR.

Por outro lado, sem qualquer registro ou fiscalização, as sementes piratas não são submetidas a nenhum tipo de controle. Em geral, são produzidas de modo caseiro e vendidas sem qualquer cuidado. Em razão disso, as cultivares sem procedência vêm, na maioria das vezes, com uma série de impurezas, como sementes de variedades ou espécies diferentes, torrões com nematoides e fungos. Ou seja, misturados com a

Barato que sai caro

As sementes piratas chegam a custar até um terço do preço das cultivares registradas. No caso da soja, o peso destes insumos corresponde a algo entre 3% e 16% do custo de produção. Para os especialistas, no entanto, o produtor deve levar em conta a velha máxima segundo a qual “o barato sai caro”. Um gasto adicional que salta aos olhos é o aumento das aplicações de agroquímicos, para combater as plantas daninhas e erradicar as doenças trazidas pelos produtos sem procedência.

“Tecnicamente, nunca vai valer a pena. Se o agricultor colocar na ponta do lápis, vai perceber que gastou mais com defensivos, com operações mecanizadas, para combater plantas daninhas e doenças que ele não tinha antes na área. No caso das plantas daninhas, por exemplo, ele vai perceber a dimensão do problema no longo prazo”, diz Ana Paula.

“Quem pensa que está economizando, está dando um tiro no pé. Na verdade, o produtor acaba plantando um problema que não tinha e que vai estourar lá na frente. É uma bomba-relógio”, define Henning.

Produtividade

Além da questão sanitária, outro ponto merece destaque: a eficiência das sementes produzidas de forma legal. Embasadas por pesquisas sólidas, essas cultivares têm características específicas – que se adaptam a determinadas condições de solo e clima, por exemplo – que impactam positivamente na produtividade.

Um estudo apresentado no ano passado durante o Fórum Soja Brasil deu mostras na prática. O experimento comparou o desempenho de uma semente registrada de soja com variedades que tiveram problemas de excesso de umidade, danos por mecanização, dano por percevejo e de contaminação por cercospora (mancha foliar). Na fase de colheita, a planta desenvolvida a partir da semente de qualidade rendeu 237 vagens. Nas piratas, o desempenho foi bem inferior: a semente com cercospora resultou em 168 vagens, a com percevejos rendeu 77 vagens, a com umidade, 67 e, por fim, a com problemas de mecanização deu 42 vagens.

Isso acontece porque, em geral, as sementes piratas têm um índice inferior de germinação, em razão de uma série de fatores, todos ligados à falta de padronização na produção. Para os especialistas, a questão da baixa produtividade dos produtos sem procedência também deve ser levada em conta como um fator que aponta para a importância da semente certificada. “A pirata nunca vai ter a mesma produtividade de uma cultivar registrada. O produtor não pode perder isso de vista”, diz Ana Paula.

Prejuízos chegam a R\$ 2,4 bilhões ao ano

O uso de sementes piratas também gera reflexos para fora da porteira, afetando diretamente a pesquisa. Um levantamento divulgado conjuntamente pela Associação Brasileira de Sementes e Mudas (Abrasem) e pela Associação Paranaense de Sementes e Mudas (Apasem) aponta que a pirataria provoca um prejuízo de R\$ 2,4 bilhões ao ano, em todo o Brasil. No Paraná, as perdas financeiras são da ordem de R\$ 220,4 milhões anuais (veja o gráfico na página 16). Esse montante diz respeito ao que essas empresas deixam de arrecadar em *royalties*. Em outra via, o setor de sementes mantém 680 mil postos de trabalho e contribui, anualmente, com R\$ 228,4 milhões em impostos.

“A atividade de melhoramento genético exige estrutura, como banco de germoplasma, casas de vegetação, campos de pesquisa e laboratórios, além de trabalho, conhecimento, habilidade e tempo. O prejuízo causado pela pirataria prejudica o avanço das pesquisas, necessárias para o surgimento de variedades mais produtivas”, explica o presidente da Abrasem, José Américo Rodrigues.

Segundo estimativas das associações, a cultura mais afetada pelos produtos sem procedência é o feijão: 90% das lavouras provêm de sementes piratas. Em seguida, aparecem o arroz (44%), o algodão (43%) e a soja (29%).

SEMENTE PIRATA ESPANTA A PRODUTIVIDADE.
www.sementecertificadas.com.br

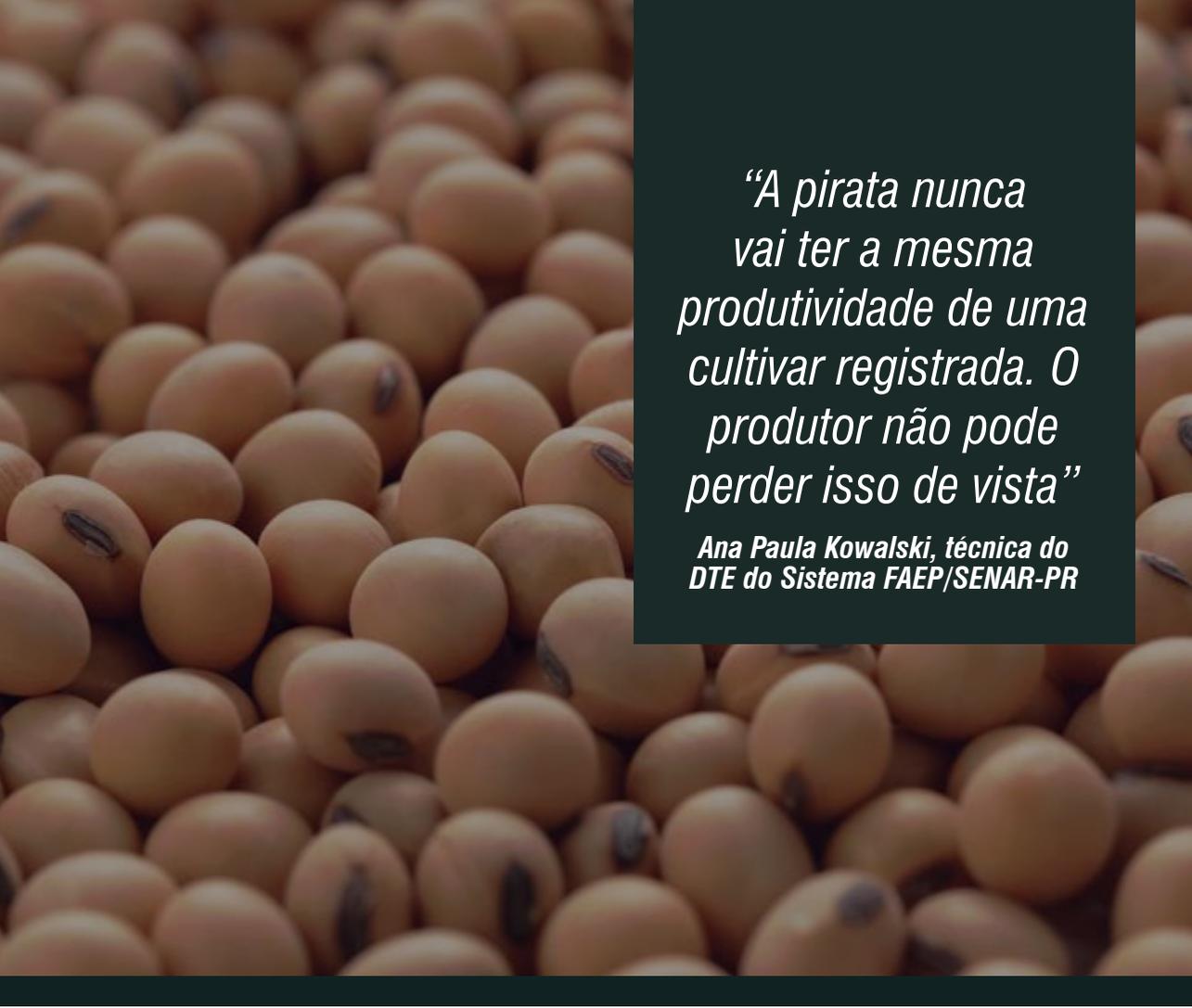
ABRASEM

Contribui para a disseminação de doenças, insetos e ervas daninhas.

Aumenta o custo de produção, exigindo mais entradas de defensivos na lavoura, mais manejo e mão de obra.

Reduz o incentivo à pesquisa, prejudicando o desenvolvimento de novas tecnologias e cultivares.

apasem SISTEMA FAEP FIEP Sistema Ocepar



“A pirata nunca vai ter a mesma produtividade de uma cultivar registrada. O produtor não pode perder isso de vista”

Ana Paula Kowalski, técnica do DTE do Sistema FAEP/SENAR-PR

Campanha ajuda a identificar venda ilegal

Para tentar coibir a prática da pirataria, a Abrasem e a Apasem lançaram uma campanha contra a pirataria. No site da Abrasem, há um campo em que o produtor pode denunciar anonimamente a venda de cultivares ilegais. Até agosto deste ano, já foram registradas 18 denúncias no Paraná, contra 20 recebidas em 2019. Todos esses registros são repassados ao Mapa, que tem atribuição de fiscalizar os produtores e comerciantes piratas.

“Além disso, temos apostado na difusão da informação. É mostrar ao agricultor o que ele perde comprando produtos piratas: não tem assistência técnica, não tem garantia de produtividade e pode levar doenças para sua lavoura. Entre os produtores que usam sementes registradas, acesso à informação técnica é muito maior, não só no que diz respeito a sementes, mas a efetividade de solo, automatização, ao nível de qualidade. É um conjunto de informações técnicas que vêm junto”, aponta o presidente da Abrasem, José Américo Rodrigues.

Quem for flagrado produzindo, comercializando ou utilizando sementes piratas pode responder a processos administrativos nas esferas federal e estadual. Quando as fiscalizações do Mapa encontram o produto ilegal, há a apreensão da carga e a aplicação de multa ao responsável – que pode chegar a 250% do valor comercial do produto. Além disso, os pirateadores também podem responder criminalmente e, em seguida, ser alvo de ações judiciais reparadoras de danos – movidas por empresas detentoras dos direitos genéticos e de biotecnologia das respectivas cultivares.

O caso mais recente de fiscalização ocorreu na primeira semana de agosto, quando o Mapa deflagrou uma operação conjunta com a Polícia Civil do Rio Grande do Sul, na qual apreendeu 450 toneladas de sementes piratas, avaliadas em R\$ 1,5 milhão. Os suspeitos são investigados por organização criminosa – formação de quadrilha – e estelionato. A Polícia Federal também vai apurar se a prática se enquadra como contrabando.

O prejuízo da pirataria

Veja quanto deixa-se de arrecadar, anualmente, em *royalties* por causa da produção de sementes clandestinas:



Fonte: Abrasem, Apasem, Apassul e Aproses

Brasil – R\$ 2,4 bilhões

Paraná – R\$ 220,4 milhões

Santa Catarina – R\$ 300 milhões

Rio Grande do Sul – R\$ 646 milhões

A pirataria por cultura

Confira o percentual de cada lavoura no Brasil que se originou a partir de sementes piratas em 2019:

Feijão - 90%



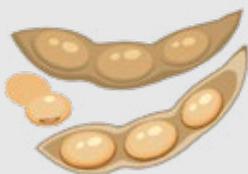
Arroz - 44%



Algodão - 43%



Soja - 29%



Trigo - 25%



Milho - 8%



Fonte: Abrasem

A baixa produtividade das piratas

Um experimento apresentado durante o Fórum Soja Brasil, em 2019, comparou o desempenho de sementes piratas com uma variedade registrada. Veja a produtividade média de cada planta, de acordo com a cultivar:



Semente registrada – **237 vagens**

Semente com *cercospora* (mancha foliar) – **168 vagens**

Semente com percevejo – **77 vagens**

Semente com umidade – **67 vagens**

Semente com problemas de mecanização – **42 vagens**

Fonte: Fórum Soja Brasil

Produtor pode salvar sementes, mas precisa declarar

Conforme a Lei de Sementes e Mudanças (Lei 10.711/03) e seu regulamento (o decreto 5.153/04), a cada safra, o produtor pode produzir sementes para uso próprio, reservando para fazer a semeadura no ciclo seguinte. A legislação, no entanto, estabelece uma série de regras e obrigações, entre as quais, a necessidade de o produtor registrar uma declaração junto ao Mapa. Para orientar o produtor, o Sistema FAEP/SENAR-PR publicou uma nota técnica, que esmiúça como salvar as sementes de forma legal e apresenta o passo-a-passo para fazer a inscrição no Ministério.

Autora da nota técnica, Ana Paula Kowalski ressalta que o produtor não pode salvar qualquer quantidade de sementes, mas um volume compatível com a área a ser plantada. “A lei permite a produ-

ção de sementes para uso próprio, mas o produtor pode usá-las apenas na safra seguinte. Além disso, não pode, em hipótese alguma, comercializar parte dessas sementes ou o excedente. A quantidade de semente beneficiada para uso próprio deve ser suficiente para o plantio da área estimada. Nas fiscalizações, a quantidade armazenada é, justamente, um dos pontos observador”, explica.

A declaração ao Mapa é feita exclusivamente por meio virtual, por meio do Sistema de Gestão da Fiscalização (Sigef). Por lá, o produtor deve preencher e enviar sua declaração, informando, por exemplo, qual o tamanho da área pretende plantar com as sementes salvas e o volume de sementes reservadas para este fim.

Caso a cultivar utilizada seja de domínio público, o agricultor não precisa fazer a inscrição do campo de sementes. Se as variedades forem protegidas pela Lei de Proteção de Cultivares, o registro deste campo é obrigatório.



O MISTÉRIO DA PRINCESA DESAPARECIDA

Anastásia Romanov, filha do último czar russo, teria sobrevivido à execução da família durante a Revolução Russa

A dinastia Romanov foi a última a reinar no antigo Império Russo. A família ocupou o trono do regime absolutista por cerca de 300 anos e testemunhou sua decadência em meio ao surgimento de uma Rússia soviética, que culminou no assassinato brutal dos monarcas. Na tentativa de manter o fato encoberto, surgiram vários rumores sobre o paradeiro da família. Bastou para o início de uma crença que perduraria por décadas: a sobrevivência de umas das filhas do czar Nicolau II.

A grave situação econômica e a instauração de uma série de revoltas antecederam a ruína da família imperial russa. O regime político do czar, mantido a punhos de ferro, estava abalado, até que a Revolução Russa de 1917 marcou oficialmente a queda dos Romanov.

O czar Nicolau II renunciou ao trono e foi detido, junto com a czarina Alexandra e os cinco filhos - czarevich Alexei e as grã-duquesas Olga, Tatiana, Maria e Anastásia -, pelo governo interino recém-formado. Quando a Rússia foi tomada pelas forças do Exército Vermelho, a família passou à custódia dos bolcheviques. Os Romanov foram confinados em uma casa chamada Ipatiev, de cinco cômodos, com janelas lacradas e sem luxos, em Ecaterimburgo.

Na noite de 16 para 17 de julho de 1918, os Romanov foram acordados sob pretexto de serem fotografados – para provar ao povo e às autoridades que estavam vivos – e transferidos para um lugar seguro, devido à aproximação dos contrarrevolucionários brancos. Para impedir a libertação da família, foi dada a ordem de execução. Os prisioneiros foram levados a um porão minúsculo e avisados para aguardarem o caminhão que os transportaria. Então, surgiu o carrasco, Yakov Yurovsk, comandante de segurança da Casa Ipatiev, que leu a sentença.

Surpreendidos pelo tiroteio, os membros da última família imperial russa caíram um a um. As crianças escondiam joias sob as roupas esperando sobreviver no exílio e, por isso, não morreram imediatamente, sendo também esfaqueadas. Os corpos foram queimados e enterrados na Floresta Koptiyaki.

Segundo boatos, durante o tiroteio, Anastásia teria se agachado contra uma parede, na tentativa de se proteger e, então, escapou. O mistério se espalhou e os rumores foram alimentados ao longo dos anos, principalmente devido à desinformação sobre o destino da família. Na época do assassi-

nato, diziam que os soldados bolcheviques e a polícia secreta investigavam casas à procura de Anastásia Romanov.

No decorrer do século, mulheres de todos os cantos da Europa se apresentaram como Anastásia. As versões eram as mais variadas, desde fingir estar morta quando estava entre os cadáveres e conseguir escapar com a ajuda de um guarda até o fato de os guardas estarem bêbados naquela noite, tendo se descuidado da vigilância dos corpos e Anastásia aproveitado para fugir.

Em 1979, as ossadas da família foram descobertas, mas permaneceram escondidas até a queda da União Soviética. Em 1991, após exumação, legistas confirmaram que se tratava das ossadas dos Romanov, mas faltavam os corpos de Alexei e Anastásia. A dúvida arrastou-se até 2007, quando, a menos de 100 metros das primeiras ossadas, os encontraram. Os resultados dos testes genéticos foram divulgados em 2009 e o mistério do desaparecimento da princesa chegou, oficialmente, ao fim: Anastásia morreu na noite de 1918, junto aos pais e aos quatro irmãos.

A lenda da princesa russa sobrevivente deu origem à diversas produções culturais. O primeiro filme foi produzido em 1928 e, o mais famoso, em 1956, que rendeu um Oscar à atriz Ingrid Bergman. Em 1997, o estúdio 20th Century Fox lançou uma animação sobre a história de Anastásia, que se tornou sucesso de bilheteria e indicações para vários prêmios.



Família Romanov reinou no antigo Império Russo até 1917

PARANÁ

ONDE SE PRODUZ

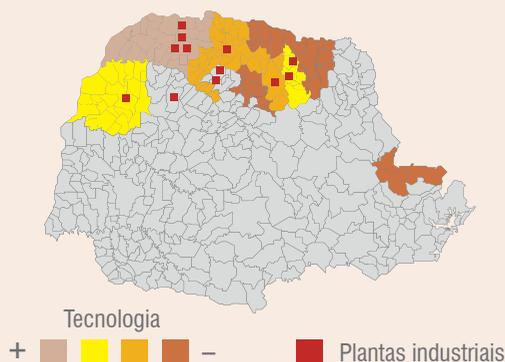
Laranja



Nesta edição, você confere o segundo texto desta nossa seção especial, que coloca as principais culturas do Estado no mapa. O material tem como base um estudo do Instituto de Desenvolvimento Rural – Iapar – Emater (IDR-PR). O levantamento sistematizou uma série de informações sobre soja, milho, laranja, café e leite, que vai ajudar na tomada de decisão de investidores, lideranças rurais e políticas, produtores, técnicos, empresas e todos os envolvidos na cadeia produtiva.

No caso da laranja, o estudo aponta que esse cultivo no Paraná passou por um processo de expansão nos últimos anos. Comparando o fim da década de 1990 com os anos mais recentes, houve um aumento de nove para 11 regiões especializadas na fruta. É possível dizer que a cultura formou um cinturão agrícola, que abrange uma área que vai de parte do Norte Pioneiro até o Noroeste.

Pomares se concentram na faixa Norte do PR



O estudo identificou quatro grupos principais de regiões produtoras. Dois deles com maior nível de aplicação de tecnologia. A microrregião de Paranavaí é onde ocorrem maiores produtividades e há a concentração de quatro das grandes indústrias de transformação do Estado. O segundo grupo com tecnologia mais avançada está em Astorga, Floraí e Londrina.

Outros dois polos produtores possuem produção mais familiar e com técnicas mais tradicionais de cultivo. Um desses grupos está nas regiões de Umuarama e Assaí. Também nessa linha estão produtores dos municípios de Porecatu, Apucarana, Cornélio Procópio e Cerro Azul.

O principal fator de concentração da cultura está relacionado à existência de plantas industriais. A presença da indústria transformadora na região de Paranavaí, por exemplo, confere maior desenvolvimento econômico pela geração de empregos, aumento da renda e, conseqüentemente, do consumo local.

É possível dizer que o maior desenvolvimento na cadeia da laranja gera, em regiões com tecnologia mais avançada, maior autonomia frente às decisões. Além disso, amplia a aptidão de obter e reinvestir os lucros gerados e estabelece uma dinâmica de inclusão social e confluência territorial a partir do crescimento industrial.

Estudo completo

Esta série faz um breve relato com alguns dos destaques dos estudos promovidos pelo IDR-PR sobre as principais culturas do Estado e os locais por onde estão distribuídas. Os primeiros textos trataram de soja e milho e laranja. Vamos falar ainda de café, leite e mandioca nas próximas edições. Para ler uma versão dos estudos com mais detalhes, aponte seu celular para o QR Code abaixo.



Riqueza preservada

Projeto Água Limpa promove a recuperação de nascentes em propriedades rurais do Paraná



Até maio de 2020, mais de 2,5 mil nascentes foram recuperadas pela iniciativa

O produtor rural é quem mais preserva o meio ambiente. Essa vocação vai além da manutenção das reservas legais e áreas de proteção permanente ou da adoção de práticas sustentáveis de manejo na agricultura e na pecuária. Preservar é cuidar também da água, seja por meio da preservação da mata ciliar ou pela manutenção das nascentes.

Para ajudar os produtores paranaenses a cuidarem da água que brota dentro das propriedades rurais, em 2018, o governo do Estado, por meio do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER (IDR-PR), em parceria com a Sanepar, prefeituras municipais e sindicatos rurais, criou o Projeto Água Limpa, que vem recuperando e protegendo as minas d'água em diversas regiões do Paraná.

Segundo o extensionista rural Ricardo Augusto da Silva, do IDR-PR, é possível proteger as nascentes do assoreamento e de possíveis contaminações utilizando uma técnica simples. “Essa tecnologia solo-cimento é utilizada há mais de 30 anos pela Emater. Às vezes o produtor tem muita boa vontade para proteger a nascente, mas não tem orientação técnica”, afirma.

Até maio deste ano, haviam sido recuperadas 2.561 nascentes em todas as regiões do Paraná. Segundo Silva, normalmente a parceria ocorre da seguinte maneira: o sindicato rural indica a demanda, o município doa as pedras, os produtores entram com parte do material e o IDR executa o trabalho. Quando solicitada, a Sanepar faz coletas no local para realização de análises para verificar a qualidade da água.

No ano passado, em Astorga, município na região Norte, o projeto Água Limpa executou diversas obras de recuperação de nascentes. Na ocasião, o produtor rural Maurício Ferreira Lorusso

participou das ações. Com duas nascentes na propriedade, Lorusso construiu uma represa em uma delas, onde hoje cria tilápias. A outra foi recuperada pelo extensionista do IDR-PR. “Antes desse serviço, a nascente era descoberta, então caíam galhos, animais dentro. Agora está protegida com pedra e cimento. O trabalho ficou muito bom”, avalia o produtor.

No seu caso, o benefício vai além da preservação do meio ambiente. A água, além de ser utilizada na piscicultura, é direcionada por meio de uma bomba para matar a sede de bovinos e suínos da propriedade, resultando também em economia financeira.

Situação semelhante tem o avicultor Eduardo Fiorentini, também de Astorga, que recebeu a equipe do projeto no ano passado. Com cinco nascentes em sua propriedade, Fiorentini utiliza três delas para abastecer dois aviários que, juntos, alojam 77 mil aves. “Toda água que eles consomem vem das nascentes”, explica.

Serviço

Se o produtor se interessar pelo projeto e tiver na propriedade alguma nascente que deseja recuperar e/ou proteger, pode contatar o IDR-Paraná pelo telefone (44) 3247-2198 ou pelo e-mail ricardoaugusto@idr.pr.gov.br. Mais informações também podem ser obtidas junto ao sindicato rural do seu município.

Apostila do SENAR-PR auxilia projeto rural na África

Engenheiro agrônomo de Arapoti vai compartilhar material didático da entidade para ajudar a desenvolver projeto agropecuário em Togo

A competência dos produtores paranaenses fez do agronegócio do Estado uma referência para o mundo. Ao longo dos anos, a capacidade exportadora foi além das *commodities* e o Paraná passou a disseminar, também, sua expertise para outros países. Desta vez, por meio do material didático do SENAR-PR, esse conhecimento será difundido no Togo, país localizado na África Ocidental, com o objetivo de auxiliar no desenvolvimento da agropecuária local.

As atividades agrícolas são culturalmente destinadas à subsistência para grande parte da população do Togo, principalmente nas chamadas aldeias rurais, onde vivem grupos que se dedicam à agricultura e à criação de animais. Em janeiro deste ano, o engenheiro agrônomo Natanael Verburg, de Arapoti, na região Norte Pioneiro do Paraná, visitou uma dessas aldeias, onde está sendo desenvolvido um projeto com ações de assistência técnica e capacitação de recursos.

Este trabalho, segundo Verburg, já está em andamento há cerca de cinco meses e vem reunindo profissionais de diversas áreas para levar conhecimento e qualificação aos moradores locais. “Sempre tive vontade de exercer a profissão em prol de uma causa humanitária, para ajudar os outros, então foi um convite muito interessante. O Togo é um país com pouca informação e tecnologia na agropecuária e os produtores rurais não têm muito apoio por parte do governo neste sentido”, relata Verburg.

Durante a imersão cultural da viagem do começo do ano, o engenheiro agrônomo pôde conhecer a realidade destas aldeias rurais e entender suas principais



Do Paraná para o mundo: conhecimento do SENAR-PR atravessou o Atlântico

demandas. Verburg, que já participou de cursos do SENAR-PR, viu no país do continente africano a oportunidade de difundir os materiais didáticos da entidade como fonte de conhecimento técnico para os agricultores e pecuaristas locais. A princípio, o profissional embarca para o Togo, após acabar a pandemia, com exemplares de duas apostilas na mala: “Trabalhador na Piscicultura – Como Criar Peixes” e “Trabalhador na Piscicultura – Como Construir Viveiros”.

A escolha do material especializado surgiu a partir de um pedido de um morador que deseja iniciar a criação de peixes em cativeiro. Mas, segundo Verburg, esse é apenas o primeiro passo. O objetivo é expandir o suporte técnico para outras áreas, conforme as demandas dos residentes.

“Este ainda é um projeto-piloto. A proposta é aperfeiçoar o suporte técnico à

medida que os resultados forem aparecendo”, explica o engenheiro agrônomo. “Eles possuem poucos recursos tecnológicos. Muito do trabalho é manual, pois existem poucos maquinários. Então, minha ideia é começar a implementar coisas básicas para, mais para frente, investir em tecnologia mais avançada”, acrescenta.

Segundo Verburg, práticas simples que existem no Paraná há muitos anos, como plantio direto e adubação verde, poderiam ser implantadas para aumento da produtividade no país africano. Além da assistência técnica, outra iniciativa do projeto é auxiliar no fortalecimento das aldeias enquanto associações agrícolas, uma forma estratégica de promoção do desenvolvimento local e, conseqüentemente, um mecanismo que pode melhorar as condições de vida das famílias rurais, além de promover maior eficácia na questão da sustentabilidade e do desenvolvimento social.

Após pedido da FAEP e da Aripar, custas de cartório retornam aos R\$ 121

Corregedoria da Justiça do Paraná alterou instrução normativa, garantindo a manutenção dos valores anteriores

Desde o dia 24 de agosto, data da publicação da Instrução Normativa 17/2020, os produtores rurais do Paraná voltaram a pagar R\$ 121,59 pelas custas para registro de penhor em cédula de crédito rural. Isso porque a FAEP e a Associação dos Registradores de Imóveis do Paraná (Aripar) apresentaram um requerimento junto a Corregedoria da Justiça do Paraná, que determinou a alteração na Instrução Normativa 10/2020, passando a orientar que os registros de penhor rural retornem aos valores cobrados anteriormente.

A publicação da Instrução Normativa 10/2020, também da Corregedoria da Justiça do Paraná, obrigava que os produtores rurais pagassem custas de cartório para registro de

penhor rural de acordo com o valor do crédito financiado. Ou seja, os valores variavam de R\$ 243,18 a R\$ 832,21.

Para o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, a decisão é uma vitória da categoria, que pode continuar realizando sua atividade econômica sem aumento desse custo, ainda mais nesse momento de dificuldade econômica.

“O anterior aumento de quase 700% foi revogado pela Corregedoria, o que garante que o produtor rural continue pagando o mesmo valor que antes. Isso é muito importante neste momento, ainda mais com o aumento dos custos de produção”, resalta Meneguette. “Agradecemos a Corregedoria de Justiça do Paraná pelo entendimento da situação”, complementa.

+ UMA
CONQUISTA



Valorizados, queijos aquecem o mercado de lácteos

Alta demanda e menor captação explicam o movimento. Apesar da valorização, para produtores e para a indústria, momento é de cautela

Os queijos continuaram valorizados ao longo de julho e entraram agosto em alta, mantendo aquecido o mercado de lácteos no Paraná. Mais uma vez, o destaque foi o muçarela, cujos preços atingiram o maior valor nominal da série histórica. Neste contexto, o Conselho Paritário Produtores/ Indústria do Paraná (Conseleite-PR) aprovou o valor de referência projetado de R\$ 1,8319 para o leite entregue em agosto a ser pago em setembro. A reunião do Conseleite-PR ocorreu por videoconferência, no dia 18 de agosto.

A alta está ligada à relação entre a oferta e demanda. A procura pelos derivados lácteos aumentou ao longo de julho e primeiro decêndio de agosto (até

o dia 12), o que compensou o volume de comercialização um pouco menor em relação ao mesmo período do ano passado. “É um movimento inédito. Em agosto, historicamente, temos uma oferta maior. Rarissimamente, se vê um queijo se valorizar tanto nesta época”, observou a professora da UFPR Vânia Guimarães, uma das responsáveis pelo levantamento.

Desde maio, quando seu preço chegou ao menor patamar do ano, o muçarela vem acumulando altas consecutivas. De lá para cá, a valorização do derivado foi de 62%. Com os preços em alta, o muçarela também ampliou sua participação no mix de comercialização, chegando a responder por mais de 50% dos produtos lácteos vendidos no Estado.

Outros queijos apresentaram comportamento parecido: oscilaram positivamente. De maio ao primeiro decêndio de agosto, por exemplo, a valorização do prato chegou a 45,5% e do provolone, a 26%. Entre os outros produtos, a comercialização também se mostrou aquecida. Leite spot, leite em pó e creme de leite também vieram em alta significativa. Outros derivados ficaram em estabilidade. Apesar deste cenário, a recomendação é de cautela.

“Apesar de as projeções para agosto serem boas, é necessário que tenhamos calma, até em razão de acontecimentos externos, como a pandemia do novo coronavírus, que afeta diretamente a relação de produção e consumo”, disse o vice-presidente do Conseleite-PR, Ronei Volpi.

VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE* - JUNHO/2020 e JULHO/2020

Matéria-prima	Valores finais em Junho/2020	Valores finais em Julho/2020	Variação (Julho - Junho)	
	(leite entregue em Junho a ser pago em Julho)	(leite entregue em Julho a ser pago em Agosto)	Em valor	Em %
Leite PADRÃO (R\$/Litro)	1,5975	1,7307	0,1332	8,34%

VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE* - JULHO/2020 e AGOSTO/2020

Matéria-prima	Valores projetados Julho/2020	Valores projetados Agosto/2020	Variação (Agosto - Julho)	
	(leite entregue em Julho a ser pago em Agosto)	(leite entregue em Agosto a ser pago em Setembro)	Em valor	Em %
Leite PADRÃO (R\$/Litro)	1,6986	1,8319	0,1333	7,85%

Para o leite pasteurizado o valor projetado para o mês de agosto de 2020 é de **R\$ 2,6458/litro.**

Em função da atualização dos parâmetros técnicos utilizados para os cálculos do valor de referência, a partir de janeiro de 2020, somente será publicado os valores atualizados.

PER encoraja sucessão familiar

Após herdar propriedade, casal fez o programa para aprender sobre gestão das atividades agropecuárias

Caçula de cinco irmãos, Cesar da Conceição trabalhava como mecânico no município de Faxinal, região Norte do Paraná. Seu pai era proprietário de um pequeno sítio na zona rural, mas a família se encontrava em dificuldades para tocar os negócios, pois nenhum dos filhos tinha experiência ou conhecimento sobre o trabalho no campo. Cesar, que sempre gostou de passar um tempo no sítio em momentos de descanso, viu a propriedade em estado de abandono. Então, ele e a esposa Lucicleia, que trabalhava como vendedora, decidiram se mudar para o sítio com os dois filhos.

“Eu queria um futuro melhor na área rural, pela tranquilidade e segurança, principalmente pelos meus filhos. Na cidade estava difícil e quando vi o sítio abandonado, unimos a vontade e a oportunidade”, relata Cesar que, ao lado da esposa, deixou o antigo emprego na cidade e decidiu dedicar tempo integral à propriedade.

O casal foi aprendendo na prática do dia a dia, até que o Programa Empreendedor Rural (PER) cruzou o caminho dos dois. Cesar e Lucicleia foram até o Sindicato Rural de Faxinal resolver algumas questões em relação à propriedade, e uma funcionária indicou o PER.

“Como a gente não tinha experiência, aprendemos tudo com o PER. Planejamento, questão de gastos e despesas, identificar o que estava dando certo, o que precisava mudar. Por exemplo, plantávamos milho verde para a venda e paramos porque não estava compensando. A instrutora ajudou muito porque ela também tem experiência e vivência de quem tem propriedade rural. Então veio visitar e analisar nosso sítio”, destaca.



Programa despertou a vocação rural na família

A dedicação do casal surtiu efeito no pai de Cesar, até então proprietário do sítio, que decidiu passar a escritura ao filho. “Como fomos nos interessando cada vez mais, meu pai viu a nossa intenção de melhorar e investir. Ele já tinha alguns bens na cidade, então fez uma reunião com a família e dividiu as casas na cidade com os outros filhos e o sítio ficou comigo”, explica Cesar.

Atualmente, a propriedade tem granjas de frangos e porcos caipira e criação de carneiros. O casal, que já possui uma clientela fixa no município, também investe em alguns diferenciais para a comercialização, como a venda do frango cortado em pedaços pronto para o preparo e produção de banha e linguiça de porco caseira. Há seis meses, deram início a uma estufa de toma-

tes. “Ainda é algo pequeno, mas pretendemos dobrar o que tem rentabilidade melhor”, revela Lucicleia.

O projeto do casal agora é transformar a propriedade em uma pequena empresa rural, investindo em infraestrutura e expandindo os negócios. “Nós não sabíamos como funcionava o sindicato, agora vamos nos associar para fazer mais cursos e nos profissionalizar”, conta Lucicleia.

Sobre o PER, o casal só tem elogios. “O PER nos ajudou demais. O curso abre nossa mente e nossos olhos para enxergar a realidade. As novas amizades que o PER proporcionou também deu força. É uma troca de experiências, um ajudando o outro”, observa Cesar. “Ano que vem também vamos fazer o PER de novo, para juntar mais experiência”, acrescenta.

Relâmpago fatal

Acidentes com descargas atmosféricas podem causar prejuízos, perda de animais e até a morte de produtores e trabalhadores rurais



Em agosto deste ano, uma descarga atmosférica (raio) matou um pecuarista e cerca de 30 cabeças de gado em uma propriedade rural no município de Loanda, na região Noroeste do Paraná. O fato reacendeu a necessidade de discutir formas de prevenção a este tipo de acidente.

Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o meio rural é o ambiente onde mais ocorrem esses acidentes. Isso acontece porque as pessoas estão naturalmente expostas, trabalhando mais tempo a céu aberto. De acordo com o órgão, 26% das fatalidades com raios acontecem em áreas rurais. Os acidentes dentro de casa vêm em segundo lugar, com 21% dos casos fatais.

Entre 2000 e 2019, 2.194 pessoas foram vítimas de raios no Brasil, deste total, 114 no Paraná. Segundo dados da Defesa Civil, em 2019 foram nove vítimas de raios no Estado. Este ano, o único caso fatal até o momento foi o do pecuarista de Loanda.

De acordo com o Inpe, o Brasil é campeão mundial em incidência de raios, com cerca de 77,8 milhões de descargas no solo por ano. Para o coordenador do Grupo de Eletricidade Atmosférica do Instituto, Osmar Pinto Junior, isso ocorre porque o Brasil é o maior país em região tropical do mundo.

“Regiões mais quentes e mais úmidas são mais favoráveis”, afirma Junior. Desta forma, as estações do ano que mais concentram ocorrências são o verão e a primavera.

“Varia de local para local. Na região Sul, principalmente no Paraná, o verão predomina, seguido da primavera. Na região da Amazônia, a primavera predomina”, complementa.

De acordo com o especialista, via de regra os acidentes acontecem durante tempestades, inclusive, quando se aproximam rapidamente, podem pegar as vítimas de surpresa.

“Tem que estar muito atento ao céu. Se enxergar uma tempestade, mesmo que esteja afastada, é bom interromper o trabalho. Se a pessoa já está ouvindo o barulho do trovão, a tempestade já está a pelo menos 20 quilômetros de distância. Então, a sugestão é interromper o que estiver fazendo imediatamente, pois um raio pode andar na horizontal e atingir a pessoa”, orienta Junior.

Cuidado rural

Segundo o instrutor do SENAR-PR Ricardo Biscaro, a pecuária leiteira é uma das atividades onde mais costumam acontecer acidentes com raios. “Normalmente ficam muitos animais agrupados em pequenos piquetes. Em dias de chuva, as vacas acabam se juntando mais e, no caso de uma descarga, se não houver um aterramento correto na cerca, aquela energia vai se dissipar quando o animal encostar no arame”, observa.

A segurança, nesse caso, está ligada à boa instalação de cercas elétricas e/ou mesmo cercas de arame (farpado



ou liso) por onde a energia elétrica pode correr no caso de uma descarga. “O produtor precisa fazer os aterramentos corretos, seguir os protocolos, principalmente no que se refere à instalação de para-raios. Hoje, posso afirmar que 90% das cercas estão mal instaladas”, afirma o instrutor, que ministra cursos na área de construção de cercas pelo SENAR-PR. “É fácil encontrar cercas com reaproveitamento de metal, fios oxidados, pedaços de enxada e foices. Pela forma como o pessoal lida com as cercas, até que acontece pouco acidente”, complementa Biscaro.

De acordo com o instrutor do SENAR-PR, o recomendado é que sejam feitos aterramentos a cada 200 metros de cerca. “Caso a região tenha alta incidência de raios, é preciso vários pontos na cerca com descarga [faiscadores no caso de cercas elétricas e aterramentos em cercas normais]. Dessa forma, quando ocorre uma descarga elétrica, essa energia não percorre toda cerca, vai ser dissipada”, diz.

Além do perigo para a saúde dos moradores, instalações malfeitas também podem queimar equipamentos caros, como ordenhadeiras e resfriadores.

Para auxiliar os produtores e trabalhadores rurais paraenses a construir cercas de forma correta, o SENAR-PR oferece dois cursos: “Cercas de arame farpado e de arame liso” e “Cercas elétricas”.

Cuidado com os raios!

Durante uma tempestade é importante tomar algumas precauções de segurança:

- Evitar contato com cercas de arame, grades, tubos metálicos, linhas telefônicas, redes de energia elétrica e qualquer objeto ou estrutura metálica;
- Afastar-se das máquinas agrícolas, motocicletas, bicicletas e carroças;
- Não permanecer em locais descampados e abertos, como pastos, campos de futebol, piscinas, lagos e praias;
- Ficar longe de árvores isoladas, postes, mastros e locais elevados;
- Procurar edificações para se proteger;
- Se o automóvel possui teto de metal, permanecer dentro com os vidros fechados até a tempestade passar;
- Se estiver em campo aberto e não houver outra opção, abaixar-se e abraçar o joelho diminuindo ao máximo a altura.

Fonte: Inpe/Defesa Civil

Treinamento ITR e ADA

Nos dias 20 e 21 de agosto, a FAEP promoveu uma capacitação *online* sobre o preenchimento do Imposto Territorial Rural (ITR) e Ato Declaratório Ambiental (ADA). No total, 52 colaboradores de 43 sindicatos rurais, divididos em duas turmas, participaram do treinamento para oferecer os serviços aos produtores rurais do Paraná.



Declaração do ITR

Os produtores rurais precisam obrigatoriamente declarar o Imposto Territorial Rural (ITR) até o dia 30 de setembro. Muitos sindicatos rurais do Paraná estão aptos a realizar o serviço. Ainda, o Sistema FAEP/SENAR-PR preparou uma cartilha sobre o tema, disponível na seção Serviços, no site www.sistemafaep.org.br. O proprietário rural que declarar o ITR fora do prazo pagará multa.

Suspensão temporária de contratos

No dia 24 de agosto, o governo federal publicou, no Diário Oficial, o Decreto 10.470 que prorroga os prazos dos acordos do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEm), que oferece medidas trabalhistas para enfrentar a pandemia da Covid-19. A medida prevê a possibilidade de empregadores e trabalhadores firmarem acordos de suspensão temporária dos contratos de trabalho, ou de redução proporcional de jornada e salários. Com o novo decreto, o prazo máximo para a duração dos acordos passa a ser de 180 dias, mas limitado à duração definida para o programa, que vai até 31 de dezembro de 2020.

Concursos da água e dengue

O SENAR-PR ampliou o período para inscrição no concurso das campanhas: prevenção contra a dengue e uso racional da água. Professores e alunos do Paraná podem inscrever os trabalhos a partir de 14 de setembro até 26 de outubro, no site do Sistema FAEP/SENAR-PR, no endereço (www.sistemafaep.org.br). Os resultados serão divulgados na segunda quinzena de novembro de 2020. O regulamento e mais informações estão no mesmo endereço eletrônico.



Conselho de Administração da Portos do Paraná tem novo presidente

Cargo passa a ser ocupado por Diogo Piloni e Silva, que também é secretário Nacional de Portos. Ele substitui o consultor da FAEP Nilson Hanke Camargo



Portos do Paraná têm batido consecutivos recordes ao longo de 2020

O secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Diogo Piloni e Silva, é o novo presidente do Conselho de Administração da Autoridade Portuária de Paranaguá – colegiado responsável pela orientação geral dos negócios da empresa pública que administra o Porto de Paranaguá. Apresentada pelo governador Carlos Massa Junior, a indicação de Piloni e Silva foi aprovada em assembleia-geral da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa), ocorrida no dia 27 de agosto. Ele substitui o consultor de logística da FAEP Nilson Hanke Camargo, que ocupava a presidência do conselho desde julho de 2018.

O novo presidente do Conselho da Portos do Paraná é engenheiro civil formado na Universidade de Brasília (UnB) e cursou MBA em Gestão e Engenharia Portuária na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Além de sua formação, Piloni e Silva tem no currículo passagens pela Secretária de Portos da Presidência e pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Piloni e Silva passou a fazer parte do Conselho da Appa em julho, como membro indicado pelo governo federal.

“Me sinto honrado, porque sei da importância deste colegiado e do Porto de Paranaguá para o Brasil, especialmente no momento que vivemos”, destacou Piloni. “Nós, enquanto conselho, devemos pensar em temas estratégicos, de cultura e gestão. Como o porto já tem uma operação eficiente, com

muita qualidade nos serviços prestados, a intenção é focar nas questões gerenciais e de planejamento”, completou.

Na reunião do Conselho de Administração da Appa ocorrida em 31 de julho, o então presidente Hanke Camargo abriu mão do cargo. Com isso, o diretor-presidente da Appa, Luiz Fernando Garcia da Silva, indicou Piloni e Silva para presidir o Conselho. A indicação foi referendada oficialmente pelo governador. Na mesma reunião, Hanke Camargo foi instituído como substituto imediato do presidente do Conselho. Na avaliação do consultor da FAEP, o fato de Piloni e Silva ter sido nomeado para liderar o colegiado deve ser positivo ao setor rural paranaense.

“Cedi a presidência ao Piloni e Silva por entender que ele, como secretário nacional, a maior autoridade portuária brasileira, poderá contribuir muito com os portos do nosso Estado. Isso traz mais prestígio aos terminais de Antonina e Paranaguá, que passam a ter um olhar ainda mais de perto do governo federal. Isso é muito bom para o agronegócio, que precisa de infraestrutura eficiente para escoar sua produção”, disse Hanke Camargo.

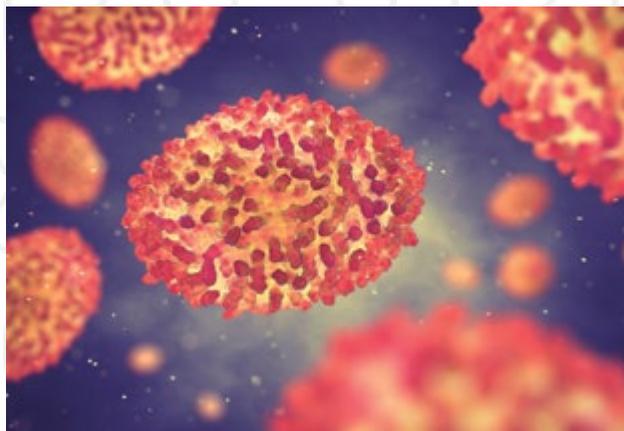
Desde 2001 na FAEP, Hanke Camargo é engenheiro agrônomo formado na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Especialista em logística, ele é pós-graduado em Elaboração e Análise de Projetos pelo Instituto de Planejamento Econômico e Social (Ipea). Também foi membro de outros conselhos dos portos paranaenses.

VIA RÁPIDA



Precioso

Esqueça o ouro e a prata. O metal precioso mais caro do mundo é o paládio, utilizado em componentes eletrônicos, próteses dentárias e na indústria automobilística. No final de março de 2020, enquanto a onça troy (31,1 gramas) do ouro estava cotada em US\$ 1.615,87 e a da prata a míseros US\$ 13,95. O paládio valia US\$ 2.370,66.



Vírus do mal

Causada por vírus, a varíola molestou a humanidade desde os tempos imemoriais. Existem registros dela em Atenas, em 430 a.C., e encontrada até em múmias egípcias. Sua presença se confirma em diversas partes do mundo. Por onde passava, deixava milhões de cadáveres. Apenas no século XX estima-se que tenha causado entre 300 e 500 milhões de mortes. Foi considerada erradicada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 1980.



Microscópio eletrônico

Antes da existência dos microscópios eletrônicos, os vírus não eram vistos, embora já se soubesse da existência deles. Esses equipamentos tiveram sua gênese em 1931, quando o físico alemão Ernst Ruska e sua equipe apresentaram o primeiro microscópio eletrônico de transmissão. Apenas 55 anos mais tarde, em 1986, Ruska seria reconhecido e receberia o Prêmio Nobel de Física pela invenção.

O mais plano

Você sabe que existe um prêmio para o piso mais plano do mundo? O Golden Trowel Award (Prêmio Espátula de Ouro) é entregue anualmente em Las Vegas, nos Estados Unidos, "em reconhecimento à excelência na construção de pisos planos de concreto". Para o orgulho paranaense, recentemente um centro de distribuição da BRF, em Londrina, tornou-se o novo recordista mundial de planicidade e levou o troféu para casa.





Ovo azul

Em Campina do Monte Alegre, interior de São Paulo, um produtor se notabilizou com uma seleção de galinhas que colocavam ovos de cor azulada. Segundo especialistas, a causa é genética e bastante incomum. O dono das galinhas afirma que a alimentação das penosas, criadas soltas, é só milho.

Heráldica

A heráldica é a ciência que estuda os brasões de armas e escudos. Foi muito utilizada na Idade Média, para distinguir casas, participantes de batalhas e serviços prestados. Um recurso visual muito útil em um tempo em que a maioria das pessoas eram analfabetas.



Cidade dos anões

Em Itabaianinha, em Sergipe, existe uma das maiores concentrações de anões por habitante. A média de pessoas abaixo de 1,45 metro (limite entre o nanismo e o crescimento normal) é 25 vezes maior do que a média brasileira. Com 40 mil habitantes, a cidade conta com cerca de 100 anões.



Barbeiro motorista

O barbeiro português vem ao Brasil tentar a vida. Logo obtém sucesso e manda vir a esposa de Portugal. Vai buscá-la no aeroporto com seu automóvel novo.

No caminho de volta, ele fecha um caminhoneiro que grita: "Barbeiro!" Em seguida, entra sem dar sinal e outro motorista brada: "Barbeiro!"

Maria: "Nossa Manoel, e já te conhecem por aqui é?"

Manoel: "Claro, pois não te falei que sou um barbeiro muito requisitado?"

Mais a frente faz uma conversão proibida e outro grita:

"Filho da P#*&!"

Maria admirada:

"Ora, e conhecem a tua mãe também?"



UMA SIMPLES FOTO





CATÁLOGO INTERATIVO SENAR-PR

O SENAR-PR oferece gratuitamente mais de 300 cursos para capacitar produtores, trabalhadores rurais e familiares nas diversas atividades agropecuárias.

Acesse o Catálogo Interativo no nosso site, canal do YouTube e aplicativo.



Acesse a versão digital deste informativo:

sistemafaep.org.br

• FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 | Fax 41 3323.2124 | sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

• SENAR-PR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 | Fax 41 3323.1779 | sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
R. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___

Em ___/___/___ Responsável

Siga o Sistema FAEP/SENAR-PR nas redes sociais

